



Ministério dos Negócios Estrangeiros

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Aviso nº 12548/2011 publicado no Diário da República n.º 113, 2ª série, de 14 de Junho de 2011 - Lista dos candidatos admitidos e a excluir no procedimento concursal comum de recrutamento de dois postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, com licenciatura na área de formação de Ciência Política e Cidadania para desempenho de funções na Divisão de Gestão e Cadastro da Direcção de Serviços de Recursos Humanos.

Candidatos a excluir:

- Ana Maria Pires Dias – d), g) e j);
- António Manuel Candeias Elias – j);
- Bruno Daniel Ribeiro da Silva – e);
- Clara Maria Patrício – h) e j);
- Gisela das Relíquias Cambita Fialho – i) e j);
- Hugo Manuel da Silva Lopes – f) e j);
- Laura Elisa Ferreira Pais da Silva – e);
- Laura Rita Cabral Lopes Pais – a), b), c), d) e j);
- Maria João Correia Torres Neves – e)
- Ricardo José Martins dos Santos – e);

Requisitos de exclusão:

- a) Preenchimento incorrecto ou deficiente do Formulário de candidatura, através da não identificação dos requisitos de admissão previstos no artigo 8.º da Lei 12-A/2008;
- b) O presente procedimento concursal não visa recrutamento de trabalhadores da Administração local, razão pela qual não foi solicitado parecer prévio ao Ministério das Finanças, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 22.º da

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril. Assim, em cumprimento da citada Lei, é motivo de exclusão integrar Órgãos e Serviços da Administração Local, que se encontram abrangidos pelo disposto na alínea b) do artigo 22.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

- c) Não apresentação de declaração autenticada emitida pelo Serviço de origem da qual conste a relação de emprego público por tempo indeterminado na carreira e a avaliação de desempenho, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 11º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (não cumprimento do 9.2 alínea d) do Aviso de abertura);
- d) Ausência de declaração autenticada emitida pelo Serviço de origem onde conste o conteúdo funcional (não cumprimento do n.º 9.2 alínea e) do Aviso de abertura);
- e) Existência de situação impeditiva de apresentação de candidatura, por ausência de demonstração de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida (não cumprimento do n.º 4 do Aviso de abertura e do n.º 4 do artigo 6º da LVCR);
- f) Não ser detentor da habilitação académica pretendida (não cumprimento do 6.2 do Aviso de abertura);
- g) Não apresenta comprovativo das habilitações literárias (não cumprimento do 9.2 alínea b) do Aviso de abertura);
- h) Não remeter mediante correio registado, com aviso de recepção (não cumprimento do 9.1 do Aviso de abertura e n.º 2 do artigo 27.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro);
- i) Não apresentação de curriculum vitae datado e/ou assinado (não cumprimento do 9.2 alínea a) do Aviso de abertura);
- j) Não cumprimento do estabelecido no artigo 24º n.º 10 da Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro).